

**ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ESPAÇOS EDUCADORES  
SUSTENTÁVEIS**

**DISCIPLINA: PANORAMA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL**

**PROFESSORA DRA ANGELA MARIA ZANON  
PROFESSORA MESTRE ÁUREA DA SILVA GARCIA**

- ***Educação Ambiental e mudanças de Paradigma***

A inserção da Educação Ambiental no ensino formal já representa uma mudança significativa de paradigmas na educação, pois esta tem como um de seus objetivos alterar/resignificar as relações socioambientais da e na educação

Assim, de acordo com Tozoni-Reis, buscamos conferir à educação um caráter ambiental, inserir na educação, crítica e transformadora, o tema ambiental: educação ambiental é, então, a educação que tematiza o ambiente (2006).

Embora existam atualmente muitos programas governamentais de fomento para a Educação Continuada, temos a convicção de que se a Educação Ambiental fizer parte da formação inicial do professor, na forma disciplinar ou interdisciplinar, já estaríamos vivenciando uma mudança significativa na formação do educador e conseqüentemente nas relações sociedade e ambiente. A formação de um educador ambiental e interdisciplinar pode interferir significativamente na formação de profissionais de todas as áreas do conhecimento e profissionalização e, assim, promover o movimento da sociedade em direção à sustentabilidade.

Um dos grandes desafios atual da educação é educar para a sustentabilidade visando uma educação plena e não mais fragmentada. A cisão das áreas de conhecimento no processo educativo provoca a perda da totalidade, da construção eficiente do conhecimento pelo aprendiz.

Se fizermos uma analogia com o *Sistema* de Morin podemos inferir que “a transformação da diversidade desordenada em diversidade organizada é ao mesmo tempo a transformação da desordem em ordem” (Morin, 2008, p. 165). A educação

ambiental com a proposta da interdisciplinaridade pode ser o fio condutor para a transformação da compartimentalização das áreas de conhecimento, da *diversidade desordenada* em educação crítica e transformadora.

Através da educação ambiental interdisciplinar será possível desenvolver e estimular competências e habilidades que são exigidas hoje dos profissionais de todas as áreas de conhecimento, principalmente dos professores, dos formadores.

Segundo Tozoni-Reis (2004), educação ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, com o objetivo de potencializar essa atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e de ética ambiental.

Em Sauvé (2000) encontramos sete categorias das representações ambientais: como natureza, como recurso, como problema, como sistema, como meio de vida, como biosfera e como projeto de vida.

Ainda para pensarmos nos paradigmas da educação ambiental, podemos encontrar em Sauvé (In Sato e Carvalho, 2005) uma discussão sobre as categorias/correntes da Educação Ambiental que ela classificou em dois grupos.

No primeiro ela aborda as categorias/correntes *naturalista, conservacionista/recursista, resolutiva, sistêmica, científica, humanista, moral/ética*, e atribui a elas um caráter mais tradicional e de utilização mais recorrente nas décadas de 1970 e 1980.

No segundo grupo, refere a categorias/correntes como de utilização mais recentes: *correntes holística, biorregionalista, praxica, crítica, feminista, etnográfica, da ecoeducação e da sustentabilidade*.

As categorias/correntes teórica citadas são também importantes nos processos de formação de educadores e na proposta de atividades de Educação Ambiental para o ensino.

## Legislação Ambiental e Políticas Públicas

### Um pouco da História da Educação Ambiental

Apresentaremos uma breve *linha do tempo* de eventos que ocorreram envolvendo as questões ambientais e principalmente a Educação Ambiental. Esses eventos são resultado de movimentos sociais, que ao longo dos anos impulsionaram ações para a discussão socioambientalista e elaboração de políticas públicas envolvendo a necessidade de repensar o modo de vida e conseqüentemente a necessidade de repensar educação, na perspectiva da educação crítica e transformadora.

Todos os eventos aqui citados são apenas uma parte dessas ações, que tiveram grande repercussão nacional e internacional, e que tem continuidade em ações posteriores e formulação de políticas públicas. Podemos então pensar que temos a *educação ambiental em efetivo movimento*.

Em 1972, o Clube de Roma publicou o relatório “Os Limites do Crescimento Econômico”, nesse mesmo aconteceu em Estocolmo a Conferência das Nações sobre o Ambiente Humano, como resultado da Conferência, a ONU criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA.

Ainda como resultado da Conferência a UNESCO promoveu em Belgrado (Iugoslávia) o Encontro Internacional em Educação Ambiental, em 1975, onde foi criado o Programa Internacional de Educação Ambiental - PIEA, que contem os seguintes princípios: a Educação Ambiental deve ser continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais. Também foi elaborada a Carta de Belgrado - que trata principalmente da necessidade da erradicação das causas básicas da pobreza como a fome, o analfabetismo, a poluição, a exploração e dominação. Portanto propõe uma nova ética global, com uma renovação do processo educacional com a proposta da educação ambiental.

Em 1977 foi realizada a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi (ex-URSS) organizada pela UNESCO. Nessa conferência foram definidos objetivos e características da EA.

Em 1987 o Conselho Federal de Educação (Brasil) aprovou a inclusão da Educação Ambiental nas propostas curriculares das escolas de 1º e 2º graus, bem como sugeria a criação de Centros de Educação Ambiental.

Em 1988 foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, no Capítulo VI dedicado ao Meio Ambiente, Art. 225, Inciso VI, determina ao Poder Público, promover a “Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Em 1990 na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jontien na Tailândia, foi aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para todos que incluía promoção da educação para todos, defender a justiça social e a proteção ao meio ambiente.

Em 1992 foi realizada a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, RIO 92. Dentre os objetivos da Conferência estava o de socializar práticas educativas e a discussão de metodologias e estratégias. No Fórum Global foi estabelecido o Tratado de Educação Ambiental para Sociedade Sustentáveis e Responsabilidade Global, bem como a Carta Brasileira para a Educação Ambiental. Foram realizadas a Rio + 05, a Rio + 10, a Rio + 15, e a Rio + 20 realizada novamente na cidade do Rio de Janeiro – Brasil, em 2012.

Nas conferências posteriores à Rio 92, foram realizadas avaliações, porém os resultados foram considerados desanimadores em escala global, em algumas áreas como retrocesso, já que alguns países cercearam os direitos humanos e a democracia para favorecerem o desenvolvimento, ou seja, a economia.

Um fato significativo para o Brasil, que ocorreu na Rio + 20 foi a assinatura pelo Ministro da Educação dos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Ambiental (Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012), na qual destaca no **Art. 8º**:

*A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico.*

**Parágrafo único.** *Nos cursos, programas e projetos de graduação, pós-graduação e de extensão, e nas áreas e atividades voltadas para o aspecto metodológico da Educação Ambiental, é facultada a criação de componente curricular específico (Brasil, 2012).*

Em 1994 foi criado pela Presidência da República o Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA,

Em 1995 foi criada a Câmara Técnica de Educação Ambiental no Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, que foi de extrema importância para o fortalecimento da Educação Ambiental.

A Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade aconteceu em Thessaloniki (Grécia) em 1997, dentre as recomendações que os países elaborassem um plano de ação contemplando a educação, o meio ambiente e sustentabilidade com estratégias para a educação formal e não formal.

Promulgada em 1999, a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA. Essa Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 4.281 que define as bases para a execução do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA).

Podemos citar ainda alguns marcos para a Educação Ambiental, como por exemplo, a publicação em 1962 do livro “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson que alertava sobre os efeitos danosos de inúmeras ações humanas sobre o ambiente, como por exemplo o uso de pesticidas.

Como podemos verificar nessa breve linha do tempo, ocorreram muitos movimentos nacionais e internacionais em prol da educação Ambiental, porém como educadoras muitas vezes nos perguntamos quais os resultados de documentos e acordos estruturados como diretrizes de políticas públicas mundiais.

Em um primeiro momento podemos não identificar esses resultados, até porque as políticas são para longo prazo, até que alcancem a base, até que se firmem como propostas concretas de ações, visto que passam por um período de “gestação e amadurecimento” sofrendo interferências internas e externas, inclusive a descontinuidade dos governos.

Para amadurecer, diretrizes, acordos, convenções e declarações são inúmeras as ações realizadas por organismos internacionais e nacionais, governamentais e não governamentais, estruturando e fortalecendo organizações regionais e locais (grupos, comissões, conselhos, comitês, redes, associações, movimentos sociais, religiosos e classistas) como espaços de participação democráticos. Entretanto, analisando a necessidade de amadurecimento, ou seja, a morosidade, para atender essas políticas, é possível identificar que estão aos poucos sendo implementadas, incorporando ao longo do tempo novas demandas e adequações, quando necessárias.

No processo histórico das políticas mundiais a Conferência das Nações Unidas de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como RIO 92 ou ECO 92, foi importante espaço de discussão sobre as questões socioambientais.

A Agenda 21 Global, é um dos documentos mais significativos firmado na RIO 92, os signatários se comprometeram em elaborar e implementar uma agenda de compromissos para a melhoria da qualidade de vida, contemplando os diferentes matizes, refletindo em resultados locais e globais “para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção

ambiental, justiça social e eficiência econômica” (MMA, 2012). Assim iniciaram a estruturação das agendas nacionais, regionais, setoriais e locais.

A Agenda 21 Brasileira começou a ser elaborada em 1996. Uma experiência, no âmbito regional é o “Projeto Agenda 21: Articulação Local para o Desenvolvimento Sustentável na região do Leste Fluminense”, fomentada pela Petrobras junto ao Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) envolvendo 14 municípios.

**Nota de Rodapé** - No Estado de Mato Grosso do Sul existem algumas iniciativas de agendas 21 escolares e municipais.

No histórico para a construção das agendas 21 nas escolas registra-se a I Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA), realizada em 2003, momento em que jovens de todo o Brasil, representando 16 mil escolas, escreveram a “Carta dos Jovens pelo Meio Ambiente”, na qual expressaram o desejo de participarem efetivamente de ações realizadas nas escolas em conjunto com os demais membros, além da elaboração das agendas 21 escolares (BRASIL, 2007). Na ocasião também foi incentivado a organização dos Coletivos de Jovens (CJs), organizados na Rede de Jovens pelo Meio Ambiente (REJUMA).

Tais ações encaminharam para a estruturação pelo Ministério da Educação (MEC) do “Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas” que previu a formação da comunidade escolar (presencial e a distância), elaboração e publicação de materiais pedagógicos contextualizados, além de ações estruturantes, dentre elas a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas (COM-VIDA). A primeira oficina de formação de educadores do Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas foi realizada em 2006.

No Mato Grosso do Sul, a Lei Complementar Nº 38, de 21 de novembro de 1995, traz em sua **Seção IX - Educação Ambiental**, os artigos que tratam especificamente da educação ambiental.

**Art. 43** O Estado, através de seus órgãos competentes, deverá promover, por todos os meios disponíveis, a educação ambiental especialmente no nível fundamental de ensino.

**Art. 44** Ao Estado caberá, através de medidas apropriadas a criação e implantação de espaços naturais visando atividades de lazer, turismo e educação ambiental.

**Art. 45** A SEMA, em conjunto com o órgão estadual de educação, promoverá a capacitação, na área ambiental, dos professores da rede estadual e municipal, visando ampliar a dimensão ecológica nas diversas disciplinas curriculares do ensino fundamental.

**Art. 46** O Estado desenvolverá, através de seus órgãos competentes, técnicas de manejo e reaproveitamento de materiais orgânicos, nas escolas de ensino fundamental. (Lei Complementar Nº 38, de 21 de novembro de 1995; Consolidada LC 481/12 (Republicação)).

O Estado através do IMASUL (Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul e da CIEA (Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, elaborou a Política Estadual de Mato Grosso do Sul). Essa proposta foi submetida à participação da comunidade em sua construção em oficinas regionais e municipais no ano de 2011, as quais contribuíram para a Oficina Estadual para a Construção da Política de Educação Ambiental no **Fórum de Educação Ambiental de Mato do Sul** que aconteceu em Campo Grande no período de 07 a 09 de agosto de 2012, em Campo Grande – MS.

## **Formação em Educação Ambiental**

Como demanda social e proposições de políticas públicas

O Ministério da Educação (MEC) tem investido no fortalecimento das escolas, incentivando a inserção da Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico (PPP), por meio do processo de Formação da Com-Vida e Escolas Sustentáveis. No segundo semestre de 2010, foram oferecidos os cursos de extensão Formação em Educação Ambiental (180 horas/aulas) e Escolas Sustentáveis e Com-Vida (90 horas/aulas).

Especificamente o curso Escolas Sustentáveis e Com-Vida, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) se habilitaram e ofereceram o curso, atendendo 17 estados conforme as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). O processo formativo contou com o apoio da então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), hoje, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC) e Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A UFMS atendeu seis (6) estados – Alagoas, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e Santa Catarina, com a participação de 38 escolas, os quais constituíram coletivos de três professores, três gestores, três estudantes e um da comunidade em geral para cada escola, totalizando 10 cursistas, responsáveis pela realização de intervenções em suas escolas. Participaram da formação, ainda, 245 cursistas selecionados a partir da demanda social, tais como educadores inscritos na Plataforma Freire, além de gestores estaduais e regionais (dois por estado).

Os processos de formação em Educação Ambiental, em conformidade com as políticas nacional e mundial, contemplam os vários matizes com a formação de sujeitos e coletivos para alcançar a sonhada educação crítica e transformadora necessária para o enfrentamento das questões sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais.



## **As redes como estratégias de desenvolvimento e disseminação da Educação**

### **Ambiental**

Ainda no processo de preparação da Rio 92 a sociedade civil pode se fortalecer com a organização de espaços de discussão e participação socioambientais, tais como as redes, dentre elas a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA).

A Rebea é responsável pela organização do Fórum de Educação Ambiental, em 2012 foi realizada a 7ª edição, além da publicação da Revista de Educação Ambiental.

Posteriormente, com o fomento governamental por meio do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) do Ministério do Meio Ambiente em 2002, foram estruturadas outras redes de Educação Ambiental, uma delas, a Rede Aguapé de Educação Ambiental do Pantanal.

Como destaca Ruscheinsky (2007): as redes de educação ambiental, umas mais informativas outras interativas e em suas diversas abrangências, exercem um importante papel catalizador, articulador, mobilizador e disseminador de práticas centradas na proposta da sustentabilidade.

Não existe uma cultura enraizada dessas práticas, ainda em construção, em que as pessoas desenvolvem e se envolvem de forma voluntária e contínua, até porque nas redes, bem como em organizações governamentais e não governamentais a participação efetiva é comprometida pelas diversas atribuições profissionais ou pessoais dos membros.

A Rede Aguapé de Educação Ambiental do Pantanal, estruturada em 2002 a partir de edital do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA/MMA), contou com a participação de instituições governamentais e não governamentais que atuam com questões educativas e socioambientais em Mato Grosso do Sul. Durante o projeto de estruturação da Rede Aguapé (2002 a 2003) foram realizadas visitas, encontros e formação de educadores da Bacia do Alto Paraguai (BAP) – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além da Bolívia e Paraguai; criação de uma página na internet e a produção da Revista Aguapé, a primeira publicação voltada para a Educação Ambiental no Pantanal.

Hoje a Revista conta com 15 edições, sem uma periodicidade, e sim contemplada em projetos de instituições parceiras. Com o encerramento do projeto, a Rede Aguapé se mantém com a participação e animação de membros ligados a instituições públicas e não governamentais para a difusão de informações socioambientais.

## REFERÊNCIAS

AGUAPE. *Rede Aguapé de Educação Ambiental do Pantanal*. Disponível em: <http://www.redeaguape.org.br/> Acesso em: dez/2012

BRASIL. *Agenda 21 brasileira: ações prioritárias / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional*. 2. ed. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira> Acesso em: Dez/2012

BRASIL. Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm) Acesso em: Dez/2012

BRASIL. *Formando Com-Vida, Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola: construindo Agenda 21 na escola / Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente*. - 2. ed., rev. e ampl. – Brasília : MEC, Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2007 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao7.pdf> Acesso em: dez/2012

CJ/MS, *Coletivo Jovem de Meio Ambiente*. Disponível em: <http://coletivojovemdemeioambientems.blogspot.com.br/2012/09/relato-encontro-coe.html#more> Acesso em: Dez/2012

COMPERJ. *Projeto Agenda 21 - Articulação local para o desenvolvimento sustentável na região do Leste Fluminense*. COMPERJ, Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.agenda21comperj.com.br/resultados/agendas-21-locais> Acesso em: dez/2012.

ESCOLAS SUSTENTÁVEIS. *Rede Escolas Sustentáveis*. Disponível em: <http://escolasustentaveis.ning.com/> Acesso em: dez/2012

GARCIA. Á. S. *Oficina de Futuro em Processos Participativos*. In.: *Fórum de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul: Educar para a Sustentabilidade*. CIEA/UCDB/IMASUL. Campo Grande. 2012

GARCIA. Á. S.; VARGAS, I. A. de .. *Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida): O ideal e o real nos processos de participação*. REMEA - Rev.

*eletrônica Mestr. Educ. Ambiente*. ISSN 1517-1256, v. 27, julho a dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol27/art5v27.pdf> Acesso em: dez/2012

MEC. *Portal do Ministério da Educação*, Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php> Acesso em: dez/2012.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Editora Sulina, 4ª Ed. 2011

REBEA. *Portal da Rede Brasileira de Educação Ambiental*. Disponível em: <http://www.rebea.org.br/> Acesso em: dez/2012

RUSCHEINSKY, A. Atores Socioambientais. *In.: Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e Coletivos Educadores*. Brasília: MMA, Departamento de Educação Ambiental, 2007. Volume 02.

SAUVÉ, L. ORELLANA, I. E QUALMAN, S., *La educación ambiental – una relación constructiva entre La escuela y la comunidad*. Montréal, EDAMAZ & UQÀM, 2000

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental In SATO, M. E CARVALHO, I. *Educação Ambiental: pesquisa e desafios*, ARTMED, 2005

TOZONI-REIS, M. F. C. *Educação ambiental: natureza, razão e história*. Campinas: AUTORES ASSOCIADOS, 2004.

TOZONI-REIS, M. F.C. Temas ambientais como "temas geradores": contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. , *Educ. rev.no.27 Curitiba, Jan./Jun 2006*

WWF-BRASIL. *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*: Brasília: 2003. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/et000023.pdf> Acesso em: Dez/2012